Do "golpe" à universidade: análise de uma polêmica discursiva entre dois campos

Breno Rafael Martins Parreira Rodrigues Rezende¹

Resumo: Neste artigo, baseado no quadro teórico-metodológico de Análise do Discurso postulado por Dominique Maingueneau, proponho uma análise em torno da polêmica, sobre o "papel da universidade", estabelecida entre a Universidade de Brasília (UnB) e o Ministério da Educação (MEC). Trata-se de uma polêmica entre discursos de dois campos: acadêmico e político-administrativo. Para a análise considerei, especialmente, os conceitos de polêmica e competência discursiva. Pude demonstrar o processo de interincompreensão generalizada instaurado entre os posicionamentos considerados e pude descrever a grade semântica desses posicionamentos. Como resultado, verifiquei que é o campo legislativo que se mostra como o "neutro" e responsável pelas convergências entre os dois posicionamentos.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Polêmica Discursiva. Política. Universidade.

Abstract: In this article, based on the theoretical-methodological framework of Discourse Analysis postulated by Dominique Maingueneau, I propose an analysis of the controversy about "the role of the university" established between the University of Brasília (UnB) and the Ministry of Education (MEC). It is a controversy between discourses of two fields: academic and political-administrative. For the analysis, I especially considered the concepts of discursive polemic and discursive competence. As a result, I was able to demonstrate the process of generalized interincomprehension established between the considered positions (UnB and MEC) and I was able to describe the semantic grid of these positions. As a result, I have verified that it is the legislative field that shows itself as the "neutral" and responsible for the convergences between the two positions.

Key-words: Discourse Analysis. Discoursive Controversy. Politics. University.

Resumen: En este artículo, basado en el marco teórico-metodológico del Análisis del Discurso postulado por Dominique Maingueneau, propongo un análisis acerca de la polémica de cual es el "papel de la universidad", entre la Universidad de Brasilia (UnB) y el Ministerio de la Educación (MEC). Es una polémica entre discursos de dos campos: académico y político-administrativo. Para el análisis consideré, especialmente, los conceptos de polémica y competencia discursiva. Demostré el proceso de interincomprensión generalizada instaurado entre los posicionamientos considerados y pude describir la identidad semántica de esos posicionamientos. Como resultado, comprobé que es el campo legislativo que se muestra como el "neutro" y responsable por las convergencias entre los dos posicionamientos.

Palabras-clave: Análisis del Discurso. Polémica Discursiva. Política. Universidad.

¹ Doutorando em Estudos Linguísticos do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia – trabalho desenvolvido com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES).



Introdução

O impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, produziu e continua produzindo inúmeros embates sobre os desdobramentos da deposição da ex-presidente. Um desses embates, do início de 2018, refere-se ao anúncio da Universidade de Brasília (UnB) de um curso a respeito do "golpe", o que levantou uma discussão sobre "qual o papel da universidade" no Brasil. Trata-se, como buscarei sustentar, de uma polêmica, aos moldes de como o conceito é definido no quadro teórico-metodológico de Análise do Discurso postulado por Dominique Maingueneau (2008). Tal polêmica se instaurou a partir do anúncio do curso da UnB, que seria oferecido como matéria optativa pelo departamento de Ciência Política da instituição, e também de uma nota do Ministério da Educação (MEC) rechaçando a iniciativa da Universidade.

Meu objetivo, neste artigo, é demonstrar a produtividade do conceito de polêmica discursiva ao considerar opor discursos que, pelo menos *a priori*, estão circunscritos em campos discursivos distintos, a saber: o da universidade, do interior do campo acadêmico, e o do MEC, do interior do campo político-administrativo. Minha hipótese é a de que ao se enunciar sobre "o papel da universidade", na verdade, ambos os discursos batalham pelo direito de "legislar" sobre aquilo que se deve ou não "ensinar"; ou, em outras palavras, de que, em alguma medida, os discursos concorrem em relação a qual deles pode, de fato, dizer qual é o "papel da universidade".

Primeiramente, darei destaque à análise do processo de interincompreensão generalizada instaurado entre os dois posicionamentos considerados, demonstrando como um discurso busca desestabilizar seu Outro por meio de simulacros. Posteriormente, buscarei demonstrar o funcionamento do sistema de restrições semânticas de cada um desses posicionamentos, baseando-me no conceito de *competência discursiva* (MAINGUENEAU, 2008).

Destaco que esse trabalho se justifica por duas razões: i) operar com um conceito consagrado (o de polêmica) na agenda dos estudos do discurso, buscando testá-lo em um espaço de trocas discursivas menos estável (na relação entre

posicionamentos de campos distintos); ii) buscar compreender um dos desdobramentos de um acontecimento histórico tão recente e marcante para a história do país.

Como *corpus* de análise, selecionei duas notas, do MEC e da UnB, reproduzidas pelo site *Congresso em foco* do portal *Uol*. Além disso, também apoio a análise buscando evidenciar a relação desses posicionamentos com outros dados: o Projeto de Lei "Escola sem Partido" e a nota da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) que também fora reproduzida pelo *Congresso em foco*.

O artigo está organizado em cinco seções. Na próxima, apresento o quadro de Análise do Discurso (doravante AD) a que me filio. Na seção 3, *O contexto sóciohistórico de uma polêmica*, justifico as hipóteses levantadas neste artigo e inicio o processo de descrição e análise dos dados. Na seção 4, "Qual o papel da universidade?": uma polêmica entre dois campos, focalizo a análise dos dados selecionados. Encerro com as *Considerações finais*, em que dou destaque aos pontos mais relevantes da discussão proposta.

Fundamentação teórica

Nesta seção, apresentarei o quadro conceitual mobilizado para a análise que proponho. Basicamente, alinho-me à posição teórico-metodológica de Maingueneau (2008) apresentada em *Gênese dos discursos*. Na obra, o autor assume a posição radical de que é na relação interdiscursiva que os discursos se instituem e de que eles estão sempre submetidos a uma semântica global que rege todos os planos de sua produção e circulação, como veremos a seguir.

Um quadro interdiscursivo

Tomando por base o princípio da heterogeneidade constitutiva dos discursos, segundo a qual há sempre relação entre um discurso e seu Outro, Maingueneau (2008) postula o primado do interdiscurso. Isso significa dizer que o Mesmo está sempre amarrado a seu Outro numa relação de trocas semânticas inextrincável. Assim, a relação entre os discursos nunca se dá alhures, visto que sua condição de existência depende do seu próprio descentramento produzido com seu Outro.

Para o autor, no entanto, apenas isso seria definir o fenômeno de maneira muito sumária. Nesse contexto, Maingueneau propõe dimensionar o interdiscurso em três níveis: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. Trata-se, como afirma Possenti (2009), de uma proposta produtiva na medida em que permite operacionalizar a radicalização da noção de heterogeneidade constitutiva que o analista francês assume.

Segundo Maingueneau (2008), o universo discursivo é o conjunto de todas as formações discursivas (doravante FD)² de uma dada conjuntura. Não se trata, porém, de uma categoria de muita utilidade para um analista, já que constrói apenas uma extensão máxima, dificilmente apreendida, do interdiscurso. Sua importância está ligada ao fato de que, em um universo, é possível delimitar campos discursivos em que se estabelecem as regras de funcionamento das trocas semânticas entre os discursos neles circunscritos.

O autor afirma que o campo discursivo é uma categoria de análise produtiva, já que impõe as regras, condições de existência, das FD que nele se inscrevem e que disputam sobre como preenchê-lo. Essa disputa, afirma Maingueneau, deve ser sempre entendida de maneira ampla, considerando-se todas as relações de troca que se estabelecem, de confronto aberto, de neutralidade e aliança aparentes, por exemplo. É possível, portanto, operar com a noção de campo em uma análise, visando, entre outras coisas, verificar as restrições semânticas impostas pelo seu próprio funcionamento a todas as FD que abarca.

Além disso, Maingueneau (2008) postula que é justamente no interior de um campo que um analista pode delimitar os subconjuntos de FD – os espaços discursivos – que considerar relevante pôr em relação. Entretanto, cabe destacar que, em função

89

_

² O termo "formação discursiva", do ponto de vista do quadro de análise mobilizado, é tomado como sinônimo de posicionamento.

das hipóteses que assumi neste artigo, pode ser possível produzir certo deslocamento do conceito de espaço discursivo, ao considerá-lo na análise de uma polêmica que recobre discursos inscritos em campos distintos. Esse parece ser o caso da polêmica em torno do curso da UnB, instaurada entre o posicionamento da própria universidade, do interior do campo acadêmico, e o do MEC, do interior do campo político-administrativo, como buscarei sustentar.

Não obstante, conforme afirma Maingueneau, o espaço discursivo, segundo o processo que instaura, de opor discursos, permite, por exemplo, verificar o funcionamento das pressões que levam FD a travarem relações semânticas. No entanto, ainda de acordo com o autor, essa escolha de opor esse ou aquele posicionamento não é sem margens: o analista se baseia em hipóteses fundamentadas em um conjunto de textos e em hipóteses fundamentas no fio da história, buscando a coerência de se opor os posicionamentos considerados para explicar seu funcionamento interdiscursivo.

Sendo uma polêmica que recobre posicionamentos inscritos em campos diferentes, neste trabalho as regras de funcionamento do espaço discursivo se estabelecem na interseção entre os dois campos em que se inserem os discursos considerados e no recurso ao campo das leis, que ambos reivindicam – característica sobre a qual discorrerei mais na próxima seção deste artigo. Nesse sentido, o recorte demonstra que não se trata de uma polêmica de limites supostamente estáveis³, mas que reivindica certo modo de coesão para as relações que em função dela são travadas. A pressão histórica que se impõe, a partir do conhecimento prévio que estabeleci em relação aos dados de análise, deve-se justamente à conjuntura política, econômica e social que o Brasil vive atualmente, de rupturas, de questionamentos e de retomadas sobre temas controversos, como "qual o papel da universidade".

Seguindo no caminho da proposta de Maingueneau (2008), de uma análise interdiscursiva, destaco a relevância, para este trabalho, do conceito de *competência*

90

considerando os dados analisados.

³ No interior dessa teoria, os posicionamentos de um mesmo campo apresentam muitos pontos de convergência comuns. No entanto, isso não parece poder ser tomado como pressuposto para a análise de uma polêmica que se desdobra entre posicionamentos de campos distintos, uma vez que as regras do campo discursivo são diferentes para cada um deles. É nesse sentido, então, que me refiro a uma suposta estabilidade, ou maior estabilidade, já que dificilmente uma polêmica se estabelece de maneira estável. Darei maior destaque a essa reflexão, na quarta seção deste artigo,

discursiva que o autor propôs. Segundo o analista, o sujeito pode se inscrever em mais de um posicionamento, não somente ao longo de sua vida, mas também simultaneamente. Isso se deve ao fato de que, para Maingueneau, os modelos de competência são raros e simples – o que justifica o fato de um sujeito se inscrever em diferentes posicionamentos, em mais de um campo.

Ao contrário do que se poderia ler na teorização do autor, uma tese que invoca o inatismo⁴, devido ao invólucro filosófico que o termo "competência" recobre, ele afirma que se trata, na verdade, do papel que o sujeito ocupa ao enunciar, alinhando-se a esse ou aquele posicionamento que, por sua vez, é regido por um sistema de restrições semânticas que lhe impõe o que pode e o que deve ser dito. Desse modo, do ponto de vista do sistema de restrições semânticas, a competência do sujeito lhe permite reivindicar para si os semas do discurso que considerar positivos e atribuir a seu outro os semas que considerar negativos.

O sistema de restrições semânticas, de acordo com Maingueneau, é sempre submetido ao funcionamento de uma semântica global que se impõe a todo e qualquer discurso. Para o autor, essa semântica delimita todas as dimensões do discurso, desde os temas que abarca até os dispositivos de comunicação que constituem e põem a enunciação a circular, por exemplo. Desse ponto de vista teórico, nenhum plano do discurso é privilegiado em função de outro, mas todos integrados na semântica discursiva. É, assim, por efeito da semântica global, que há um sistema de restrições que impõe o que se pode ou não enunciar do interior de uma dada FD.

Para Maingueneau (2008), o sistema de restrições semânticas funda um processo de interincompreensão generalizada entre os discursos. Sendo assim, o Outro do discurso somente é "lido" a partir do fechamento semântico das categorias do Mesmo. É nesse sentido que o analista afirma que há sempre uma "tradução" negativa em que o Mesmo reivindica para si os semas do discurso que considera positivos e atribui a seu Outro os semas que considera negativos; o Mesmo, a partir de seus semas negativos, não lê o Outro como tal, mas como simulacro que dele constrói.

Essa disputa, conforme afirma Maingueneau, estabelece-se na batalha constante que um discurso assume para constituir e preservar sua identidade, vistas à ameaça do

⁴ De acordo com Maingueneau (2008), a competência discursiva não se confunde com o conceito de competência postulado por Chomsky ([1965] 1975), ela não está ligada a um indivíduo ou a uma coletividade. Trata-se de um papel que os sujeitos preenchem ao enunciar.

interdiscurso; à ameaça que o Outro lhe impõe nesse processo de tradução negativa que objetiva desestabilizar o opositor. Porém, a "tradução" de que fala Maingueneau, não se trata de dizer sobre o outro, ou de produzir uma tradução interlinguística; tratase da interincompreensão generalizada que implica o Outro sempre na raiz do Mesmo.

É, levando em conta esse aspecto do funcionamento discursivo, que Maingueneau (2008) afirma que a polêmica é o processo de ameaça recíproca, em que o discurso sempre transforma o Outro em simulacro. Nas palavras do autor:

A polêmica aparece exatamente como uma espécie de homeopatia pervertida: ela introduz o Outro em seu recinto para melhor afastar sua ameaça, mas esse Outro só entra anulado enquanto tal, simulacro. Ela mantém, pois, um duplo laço com o simulacro: pelo fato de que ela mesma é apenas um simulacro de guerra, como indica seu nome, uma guerra de papel; e pelo fato de que ela não cessa de traduzir o Outro em seu próprio simulacro (MAINGUENEAU, 2008, p. 108).

Desse modo, tendo em vista a postulação de Maingueneau (2008) apresentada, nota-se que a ideia da interdiscursividade se materializa na polêmica, em função dos simulacros e da presença do Outro no Mesmo, já que:

o Mesmo não polemiza a não ser com aquilo que se separou à força para constituir-se, e cuja exclusão reitera, explicitamente ou não, através de cada uma de suas enunciações. O Outro representa esse duplo cuja existência afeta radicalmente o narcisismo do discurso, ao mesmo tempo que lhe permite ter acesso à existência (MAINGUENEAU, 2008, p. 118).

Com base nesse plano de fundo teórico, que mobilizo para o embasamento das hipóteses e da análise que apresento neste artigo, passarei, a seguir, a contextualizar o momento histórico da polêmica em torno do curso da UnB e o recorte do espaço discursivo que produzi para analisá-la.

O contexto histórico-discursivo da polêmica

Ao assumir o quadro teórico de análise apresentado acima, alinho-me também à posição metodológica de Maingueneau (2008). Nesse quadro teórico-metodológico,

um *corpus* de análise é sempre tratado com base em um conjunto de textos e em suas condições de produção (entendidas como condições sócio-históricas). Trata-se de uma posição radical, que considera o texto como efeito das práticas discursivas de um grupo e nunca como materialidade autônoma. De acordo com o autor, tais práticas são delimitadas pelo próprio sistema de restrições semânticas e partilhadas pelos sujeitos que nele se inscrevem. Tendo em vista essa postura metodológica, buscarei descrever nas próximas linhas um pouco mais as condições sócio-históricas que fundamentam as hipóteses que assumi neste artigo.

Em Fazer sangrar... violência "metafórica" em tramas discursivas, Fernandes (2017), entre outras coisas, descreve o processo de impedimento de Dilma Rousseff ao cargo de presidente da república. Segundo afirma, tal processo iniciou-se pela acusação de um crime fiscal, as chamadas "pedaladas fiscais", consideradas pelos opositores ao governo como uma manobra para o pagamento dos recursos aos beneficiários dos projetos sociais governamentais e, enquanto manobra, ilegalismos. Justamente sob essa acusação é que Dilma Rousseff foi julgada e deposta do cargo a que havia sido eleita nas eleições presidenciáveis de 2014.

Fato é que se pôde observar a sociedade brasileira dividir-se em dois polos: aqueles que consideraram legítimo o *impeachment* e aqueles que o consideraram como um golpe arquitetado e levado a cabo pelos opositores ao governo Dilma e ao Partido dos Trabalhadores (PT), pelo qual a ex-presidente foi eleita. O processo de impedimento da presidente da república foi votado pela câmara dos deputados, pelo senado brasileiro e, após a defesa de Rousseff no julgamento, foi efetivado em 2016, levando ao cargo de presidente Michel Temer, eleito como vice em 2014. A mudança de governo ocasionou diferentes transformações na administração do país em todos os campos, inclusive no acadêmico. Tais mudanças, acompanhando a instabilidade das opiniões em torno do processo de *impeachment*, também dividiram a sociedade entre aqueles que as apoiam e aqueles que as rechaçam.

Diante disso, a UnB anunciou uma disciplina optativa que tinha como objetivo discutir o impedimento de Dilma Rousseff e os efeitos dele para o futuro da democracia brasileira. É, em resposta a esse curso, que o MEC publicou uma nota de rechaço à iniciativa da Universidade, o que pode ser entendido como o "gatilho" para a polêmica que proponho analisar. É importante destacar que a proposição de uma

disciplina não é em si, pelo menos na "essência", tomada como polêmica⁵, pois é própria das práticas universitárias. Por outro lado, a nota do MEC é, pois coloca em pauta as práticas discursivas do campo acadêmico com as quais, nesse contexto específico, polemiza, podendo, assim, ser tomada como "gatilho".

Não obstante, do ponto de vista das práticas discursivas é que se sustenta a autonomia que o campo acadêmico reivindica ao se, entre outras coisas, propor disciplinas. Essa autonomia se baseia no conjunto das leis brasileiras, que atribuem às universidades tal prerrogativa, a exemplo do que é explicitado no parágrafo único do artigo 53 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394, 1996):

Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos;

II - ampliação e diminuição de vagas;

III - elaboração da programação dos cursos;

IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão;

V - contratação e dispensa de professores;

VI - planos de carreira docente.

Em relação à oferta da disciplina, considerada pelo MEC como, no mínimo, "controversa", é possível observar um confronto em torno da autonomia que embasa as práticas discursivas do campo acadêmico. É justamente essa autonomia que parece ser colocada em cheque pelo discurso do MEC, instaurando uma polêmica acirrada em torno de qual o "papel da universidade", como minhas análises pretendem mostrar.

Além disso, destaco que é o fenômeno das práticas discursivas que permite justificar a existência de uma polêmica entre dois campos. Observa-se que o campo acadêmico reivindica a legitimidade de seu funcionamento discursivo segundo a legalidade de se proceder ao processo de ensino-aprendizagem de forma autônoma. Por sua vez, é também por efeito de alguma lei, como demonstrarei na análise a seguir, que o campo político-administrativo reivindica seu funcionamento discursivo de determinar e estipular o que pode ou não ser ensinado. Trata-se, portanto, de discursos em campos distintos, que engendram práticas discursivas distintas, mas que têm em

94

⁵ Por "disciplina" entendo qualquer componente curricular acadêmico que integre as práticas de ensino-aprendizagem das instituições desse campo, independente da temática abordada.

comum o fato de recorrerem a um terceiro campo, o das leis, para justificarem suas práticas.

"Qual o papel da universidade?": uma polêmica entre dois campos

Nesta seção, darei destaque à análise da polêmica instaurada entre o MEC e a UnB, focalizando duas notas públicas, reproduzidas pelo site "Congresso em Foco" do portal *Uol*, proferidas em função do anúncio da disciplina *Tópicos especiais em Ciência Política:* o golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil, a saber: a do MEC e a do Professor Luis Miguel do Curso de Ciência Política da UnB⁶, responsável pela disciplina. Além disso, faço remissão a outros dados, que foram considerados para analisar as notas supracitadas: o Projeto de Lei "Escola sem partido" e a nota da ABCP, que saiu em defesa da autonomia da UnB em relação à polêmica instaurada em torno do curso sobre o "golpe".

No programa da disciplina da UnB constam temas que abarcam desde a ditadura militar de 1964, a deposição de Dilma Rousseff, até os dias de hoje. Alude também à participação do PT, bem como a do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no cenário político brasileiro e à influência da mídia nas discussões políticas do país.

Do ponto de vista do professor responsável pelo programa, a disciplina deve ser entendida como um evento comum na universidade. Vejamos um trecho da nota do professor Luiz Miguel postada pelo *Facebook* e reproduzida pelo *Congresso em foco* que fundamenta essa afirmação:

colegiado, o que reforça a hipótese de que se trata de um posicionamento institucionalizado. Assim, na análise, tomarei o posicionamento do professor como exemplar do posicionamento da UnB.

⁶ A fim de demonstrar a produtividade das hipóteses deste artigo, assumo para efeito de análise que a nota emitida pelo professor tem um funcionamento institucional, já que foi reproduzida ao lado das outras duas notas que reivindicam esse mesmo estatuto. Não me ocuparei da discussão se esse é o posicionamento mais recorrente no interior da UnB sobre a questão, sob a ameaça de fugir do escopo da análise que proponho. Além disso, como disposto pelo artigo 53 da LDBE apresentado na seção anterior, uma disciplina só é proposta por uma universidade a partir da aprovação de um

(1) Trata-se de uma disciplina corriqueira, de interpelação da realidade à luz do conhecimento produzido nas ciências sociais, que não merece o estardalhaço artificialmente criado sobre ela.

Em (1), é possível considerar o adjetivo "corriqueiro", que caracteriza "disciplina", como demarcador das práticas discursivas reivindicadas pelo posicionamento da UnB no interior do campo acadêmico. Isso porque "corriqueiro" sustenta o posicionamento segundo o qual propor uma disciplina em uma universidade é algo comum; parte do trabalho dessas instituições. Ou, ainda, algo que não deveria ser matéria de "estardalhaço", justamente por se tratar de uma prática "autorizada", que sempre acontece, antes mesmo do anúncio da disciplina que se constituiu como matéria dessa polêmica.

A proposição da disciplina, no entanto, é tomada pelo MEC como "militância", um instrumento de disseminação de valores políticos-partidários. É o que se pode ler no trecho a seguir da nota emitida pelo Ministério:

(2) A ementa da disciplina traz indicativos claros de uso de toda uma estrutura acadêmica, custeada por todos os brasileiros com recursos públicos, para benefício político e ideológico de determinado segmento partidário, citando, inclusive, nominalmente o PT. Dividida em 5 módulos, a disciplina tem indicativos de ter sido criada exclusivamente para militância partidária, algo que pode ser percebido no caso da temática de algumas unidades como "o lulismo e a promoção da paz social", "o governo Dilma e a tentativa de repactuação lulista" e "a resistência popular e as eleições de 2018".

Além disso, há, também, módulos tratando sobre "O PT e o Pacto Lulista", "Democratização e Desdemocratização" e "O Governo ilegítimo e a resistência", em um ataque claro às instituições brasileiras, incluindo o próprio Supremo Tribunal Federal (STF).

O que em (1) é tomado como "disciplina produzida a luz de uma teoria", em (2) é traduzido como ferramenta "criada exclusivamente para militância partidária". Tratase, segundo o conceito de polêmica discursiva (MAINGUENEAU, 2008), de um

simulacro. Tal simulacro é construído pelo fechamento semântico do posicionamento do MEC⁷, que traduz a disciplina da UnB como "parcial/partidária". Nesse contexto, do interior do sistema de restrições semânticas do MEC, a "militância" aludida é lida como algo negativo, como "parcialidade" acadêmica; algo a ser combatido. Isso porque, no trecho apresentado em (2), atribui-se à proposição de um curso sobre o "golpe" a usurpação do bem público, "para benefício político e ideológico de determinado segmento partidário, citando, inclusive, nominalmente o PT".

O trecho em análise demonstra certo destaque dado na nota do MEC a sujeitos alinhados ao PT, como Lula e Dilma, aludidos por títulos dos módulos apresentados no programa da disciplina. Tal dado também funciona como um indício do simulacro que o posicionamento do MEC constrói da iniciativa da UnB. Segundo tal posicionamento, trata-se de uma "militância" específica, que sustenta o benefício de um grupo político específico, e, portanto, um ato de "parcialidade" no contexto brasileiro, alinhado a uma bandeira partidária adversária ao governo Temer e, sendo assim, ao MEC.

Observa-se, em (2), instaurar-se uma grade semântica do posicionamento do MEC: ensino aceitável equivale a ensino menos "militância", ou seja "imparcial". Em (2), o sema "parcialidade" é determinado pelo fato de esse posicionamento defender que o curso da UnB não se trata de uma disciplina, e sim de uma ferramenta de propagação de valores políticos e ideológicos de um grupo específico, o PT e os sujeitos que se alinham a ele. Numa operação contrária, o dado também permite depreender qual o sema positivo que esse posicionamento reivindica: a partir da recusa à "parcialidade" acadêmica, simulacro construído da UnB pelo discurso do MEC, "imparcialidade" parece ser o contraponto positivo e tomado como aquilo que torna o "ensino" legítimo. Desse ponto de vista, do posicionamento do MEC, "militância" e "ideologia" são fenômenos prejudiciais à sociedade e constrói o simulacro que se produz do discurso da UnB, que é tomado como "parcial" e que deve ser combatido para que se possa ensinar com "imparcialidade", tornando, assim, legítimo o ensino e,

⁷

⁷ Sobre isso, é importante destacar que o posicionamento do MEC, nesse contexto, pode ser alinhado ao do governo de Michel Temer, tendo em vista o fato de ser o presidente a pessoa responsável por indicar os ministros de seu governo. Sendo assim, o posicionamento desse ministério, chefiado por Mendonça Filho, pode ser tomado como representativo do posicionamento do atual governo no que diz respeito ao "papel da universidade", já que a nomeação implica fortemente alinhamento discursivo.

por consequência, fazendo cumprir o que esse posicionamento considera como "papel da universidade" (ensino - parcialidade).

Um posicionamento como esse pode ser alinhado a discursos do mesmo campo, político-administrativo, como o que se depreende do Projeto de Lei "Escola sem partido" (PL 867/2015), de autoria do deputado federal Izalci Lucas do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O projeto surgiu da iniciativa de um grupo homônimo que discutia a "incompatibilidade" do ensino com as "posições ideológicas" de trabalhadores da educação. Entre outras coisas, o argumento do projeto busca respaldo legal do conjunto de leis do país, citando o artigo 4º da Constituição Federal Brasileira, por exemplo, que versa sobre a "liberdade de consciência" e de "crença" aos estudantes. Tal projeto defende que os profissionais da educação, sobretudo os professores, usam, na conjuntura atual, os dispositivos da educação como plataforma para propagar valores sociais, políticos e ideológicos de determinados grupos, especialmente em relação a temas como orientação política e questões de gênero. Visa, assim, instituir que as "predisposições ideológicas" sejam excluídas do ambiente escolar – ou pelo menos o que esse posicionamento toma como "ideologia".

Equiparar o posicionamento do MEC ao do PL em questão permite enfatizar certo funcionamento do campo político-administrativo: ele visa estabelecer diretrizes para outros campos discursivos, como a educação. Não obstante, a grade semântica do posicionamento do MEC é a mesma daquela que se depreende do PL, organizada em torno de uma "imparcialidade" que é entendida como "positiva" e de uma "parcialidade" [ideológica] que deve ser combatida.

Por outro lado, do interior do sistema de restrições semânticas do posicionamento da UnB, a tentativa de impedir a oferta da disciplina sobre o "golpe" é também contestada. Com base na nota da UnB sobre a posição do MEC a respeito da disciplina sobre o "golpe", buscarei demonstrar em que medida "imparcialidade" é traduzido como "censura":

(3) Na academia é como no jornalismo: o discurso da "imparcialidade" é muitas vezes brandido para inibir qualquer interpelação crítica do mundo e para transmitir uma aceitação conservadora da realidade existente. A disciplina que estou oferecendo se alinha com valores claros, em favor da liberdade, da democracia e da justiça social, sem por isso abrir mão do rigor científico ou aderir a qualquer tipo de dogmatismo. É assim que se faz a melhor ciência e que a universidade pode realizar seu compromisso de contribuir para a construção de uma sociedade melhor.

Em (3), verifica-se uma análise a que o sujeito procede em torno do tema "imparcialidade" defendido pelo posicionamento opositor. Há uma comparação entre os discursos proferidos do interior do campo acadêmico e do campo jornalístico. Ao comparar a academia com o jornalismo, o sujeito em (3) traz à tona uma memória discursiva deste último campo, que tem como uma das regras de seu funcionamento uma espécie de "defesa da imparcialidade" – ou de defesa da "verdade" independente dos traços ideológicos dos profissionais que se prestam a dar informações jornalísticas. No entanto, essa "imparcialidade" é negada no trecho em (3). Não se trata, para esse sujeito, de outra coisa senão uma bandeira "brandida" a fim de "inibir qualquer interpelação crítica do mundo e para transmitir uma aceitação conservadora da realidade existente". Desse modo, a propagada "imparcialidade", em ambos os campos em comparação, para o sujeito em (3), não existe, é entendida como uma "justificativa" para se evitar a discussão crítica de temas que ameaçam um "conservadorismo existente".

É justamente em torno do par semântico "conservadorismo/censura" que o discurso em (3) constrói o simulacro do discurso de seu adversário. Verbos como "brandir" e "inibir" que aparecem em (3) assumem uma conotação negativa que é atribuída ao discurso do MEC, uma vez que é a ele que a nota "responde". "Brandir", do interior do fechamento semântico do discurso da UnB, pode ser entendido como uma "defesa exaltada", afirmação que se depreende da comparação analisada no parágrafo anterior, já que a suposta "imparcialidade brandida", para esse posicionamento, não existe de fato; a comparação condiciona a afirmação de que a "imparcialidade", inexistente, precisa ser "exaltada" para ser defendida e produzir seus efeitos. Além disso, também pode indicar que a "imparcialidade" reivindicada pelo discurso do MEC é, na verdade, uma "arma", como uma espada que é "brandida", que ameaça o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia da universidade, na tentativa de "inibi-lo". "Inibir", por sua vez, desse ponto de vista, pode ser entendido como a

ação de "censura" que é o sema negativo que o posicionamento da UnB atribui à tentativa do MEC de barrar a oferta da disciplina pela universidade. Trata-se, pois, de um simulacro em que se traduz o discurso do Ministério como "conservador" que se vale de uma "arma" (seu poder político) para "censurar" autonomia e criticidade; "censurar" a própria universidade que assume como "missão" o desenvolvimento da "criticidade" e que reivindica "autonomia" para cumpri-la.

É em função do sema negativo "censura", atribuído ao MEC, que o posicionamento da UnB polemiza. Defende, no trecho em (3), que a disciplina sobre o "golpe" que anunciou não se trata de uma ferramenta de "militância", dogmática ou partidária, mas de uma disciplina "corriqueira" que aborda um tema que precisa ser tratado pela universidade, já que "se alinha com valores claros, em favor da liberdade, da democracia e da justiça social, sem por isso abrir mão do rigor científico ou aderir a qualquer tipo de dogmatismo". Mais que isso, enquanto "espaço de construção do pensamento crítico", a análise do enunciado em (3) revela que, na verdade, exige-se o direito, a autonomia e a pertinência de se tratar desse e de outros assuntos, devido ao "rigor" reivindicado e que legitima as práticas acadêmicas. Sendo assim, é justamente a "autonomia" e o "rigor" dessas práticas que, para esse posicionamento, permitem fazer "a melhor ciência e que a universidade [realize] seu compromisso de contribuir para a construção de uma sociedade melhor". O posicionamento da UnB, assim, atribui como papel da universidade a "construção do pensamento crítico" imbuído da "autonomia" que reivindica e que lhe permite dar conta de sua "missão".

Um discurso que se alinha ao posicionamento da UnB é o da ABCP, que defende a "autonomia" da universidade e avalia a ação do MEC, representado por Mendonça Filho, como "censura":

(4) A rigor, nenhum aluno ou aluna do curso de graduação em Ciência Política da UNB é obrigado a cursá-la. Por outro lado, proibir a realização da disciplina impediria os discentes que assim o desejassem de cursá-la, o que fere, por suposto, o princípio da liberdade de aprender. Diante disto, consideramos que, se a intenção manifesta do Ministro de fato se concretizar, a autonomia pedagógica das universidades brasileiras estará ameaçada, assim como os direitos e garantias fundamentais previstos na

Constituição Federal. O ato não poderá ser avaliado de outra forma, se não como censura, característico de regimes de exceção.

Em (4), observa-se um alinhamento entre os posicionamentos da UnB e o da ABCP ao defenderem a legitimidade da disciplina oferecida pela Universidade segundo o princípio da autonomia assegurado às instituições públicas de ensino superior no Brasil. A nota refere-se ao fato da "ameaça" exaltada pelo MEC de acionar instituições administrativas para impedir a realização da disciplina, o que somente pode ser tomado como "censura", para o posicionamento em que há inscrição em (4), uma vez que "ameaça direitos e garantias previstos pela Constituição Federal". Além disso, esse dado também permite estabelecer uma zona de convergência entre os posicionamentos considerados na análise: como acontece no campo político-administrativo, a exemplo do PL "Escola sem partido" que evoquei na análise de (2), esse posicionamento, em (4) e (3), recorre a um terceiro campo, o das leis, para confrontar o posicionamento do MEC sobre a legitimidade ou não da iniciativa da UnB.

Considerei, ao longo da discussão teórica apresentada⁸, que essa é uma polêmica que supostamente apresenta limites menos "estáveis". Com isso, não quero insinuar que qualquer polêmica seja estável ou que se "apresente" facilmente a um analista, pelo contrário. A questão central dessa afirmação está assentada no fato de que, para Maingueneau (2008), no espaço discursivo, os posicionamentos dividem no campo discursivo uma zona grande de convergência, em que se impõem as suas regras de funcionamento. Isso não é tão proeminente no recorte que assumi neste artigo. Como discursos inscritos em campos distintos, a operação de "convergência" que se estabelece entre eles é mais difusa, uma vez que, *grosso modo*, o discurso do MEC, do interior do campo político-administrativo, visa estabelecer diretrizes para outros campos, e o da UnB visa estabelecer procedimentos didático-pedagógicos. É claro que essa divisão é apenas efeito dos objetivos que assumi. É mais complexa na realidade: quando se considera que a universidade também exerce práticas político-administrativas, também elege representantes e cria regras para seu funcionamento interno, por exemplo, é possível ver nisso um hibridismo entre os campos considerados

⁸ Cf. Item 2.1. Um quadro interdiscursivo.

nesta análise. Mas se, por outro lado, considera-se que a polêmica se estabelece no confronto a uma das práticas didáticas da universidade, é possível situar o posicionamento da UnB no campo acadêmico em oposição ao do MEC, inscrito fortemente no campo político-administrativo. Isso porque, o discurso do MEC não confronta diretamente as práticas político-administrativas da UnB, e sim suas práticas didáticas e o princípio da "autonomia" que as resguarda.

A solução que tomei para essa questão foi considerar os dados do *corpus* de análise e verificar o que é semelhante entre os dois posicionamentos: o fato de ambos recorrerem ao campo legislativo como uma zona neutra, que estabelece regras para o funcionamento de ambos. No caso analisado, a "Constituição Federal" é a lei que é diretamente "acionada" no trecho em (4) e implicitada em (2), quando se demonstra que este último posicionamento está alinhado, por exemplo, ao "Escola sem partido".

Para Maingueneau (2008), esse "neutro" é a evidência que nenhum discurso pode negar, mas é sempre incluído na semântica discursiva pelo sistema de restrições de cada posicionamento, oferecendo as condições que cada um deles vê como necessárias para desempenhar sua função social. No caso em análise, especificamente, trata-se de, por essa operação de integrar as leis na semântica discursiva, determinar "qual o papel da universidade" na disputa entre os campos acadêmico e político-administrativo; na disputa entre o MEC e a UnB. Não obstante, o "neutro", para além dos temas que ambos os discursos reivindicam, funciona como a zona de intersecção que permite compreender em que medida há aspectos de convergência entre discursos de campos distintos, considerados na análise a partir do ponto de vista do espaço discursivo. Assim, o "neutro" integra a grade semântica de cada posicionamento, mas sempre de acordo com as regras de existência de cada um deles, cria entre eles coesão e, além disso, os legitima.

Baseando-me no conceito de competência discursiva (MAINGUENEAU, 2008), o "papel da universidade", nesse contexto, é determinado pelas oposições entre os semas "imparcialidade" X "parcialidade" e "autonomia" X "censura", condicionados pelos sistemas de restrições semânticas do MEC e da UnB respectivamente. Essa operação pode, então, ser assim representada:

Quadro I: Competências discursivas - MEC vs UnB

| Grade semântica do MEC | | Grade semântica da UnB | |
|------------------------|--------------|------------------------|-----------|
| + imparcialidade | - militância | + autonomia | - censura |

Fonte: elaborada pelo autor

O "papel da universidade" para o MEC, seria se resguardar da "parcialidade", sema que é atribuído a seu opositor, e prezar por práticas "imparciais", fomentando assim um ensino que, para esse posicionamento, seria de qualidade. Do ponto de vista do posicionamento da UnB, esse ensino de qualidade, e portanto o "papel da universidade", é buscar lutar pela manutenção de sua "autonomia", o que implica ser diretamente responsável por estabelecer e gerir suas práticas, resguardando-se da interferência externa, ao qual se atribui o papel de "censurador", o do MEC.

Enquanto condições de produção, observa-se que o momento de crise políticofinanceira pelo qual o Brasil passa determina fortemente a existência de uma polêmica como essa. Uma hipótese que permite descrever essa influência está diretamente ligada ao fato de que a universidade se mostra como o lugar "autorizado" de produção da criticidade e, quando é censurada, comum em tempos de crise política⁹, é vítima de um padrão administrativo de "regimes de exceção", como denuncia a nota em (4).

Uma polêmica como essa indicia o descompasso entre os campos considerados e, como efeito de sentido, aponta para questões sociais importantes de serem discutidas, como "qual o futuro da universidade no país?". As rupturas que se estabelecem entre posicionamentos como esses afetam as regras de funcionamento dos campos em que estão circunscritos, permitindo que se estabeleçam margens para transformação de suas próprias condições de existência, o que pode ser, de acordo com Maingueneau (2008), um efeito do fenômeno da polêmica discursiva.

Considerações finais

-

⁹ Tomo como referência, por exemplo, o período da ditadura militar, em que a autonomia das universidades era negada em função da defesa dos valores e preceitos desse regime ditatorial que se estendeu da década de 1960 à década de 1980 no Brasil.

Ao analisar a polêmica discursiva sobre "qual o papel da universidade", que se materializou em função do momento sócio-histórico que o Brasil vive, busquei demonstrar a produtividade do conceito postulado por Maingueneau (2008). O recorte se mostrou produtivo na medida em que permitiu fazer considerações sobre um espaço discursivo que recobre posicionamentos circunscritos em campos distintos: o acadêmico e o político-administrativo.

Do ponto de vista teórico, a análise se mostra operacional, uma vez que aponta para uma questão que parece produtiva para a AD: discursos em campos distintos polemizam também em função das pressões impostas por um terceiro campo discursivo, que assume o lugar de "neutro" na polêmica e que fornece a matéria necessária para que ela se estabeleça – no caso que analisei, trata-se especificamente do papel assumido pelo campo legislativo.

Por fim, em função da análise, verifiquei que o posicionamento do MEC, mais conservador em relação ao posicionamento da UnB, enquanto discurso inscrito no campo político-administrativo, a partir do qual são traçadas diretrizes para outros campos, como a educação, tenta subsumir as práticas reivindicadas pelo discurso da universidade, à medida que recusa sua "autonomia" e a traduz como "parcialidade partidária", instando-se, assim, ao lugar de responsável por controlar o que pode ser ou não ensinado. Por outro lado, o posicionamento da UnB reivindica a manutenção de sua "autonomia" e traduz seu Outro como "censurador", ou como aquele que é responsável pela manutenção de uma realidade "conservadora", que se opõe à formação crítica dos estudantes, o que é, do ponto de vista da UnB, o "papel" ou a "missão" da universidade, instada a tal pelo seu "rigor" científico e acadêmico, características que, implicitamente, faltam ao Outro desse discurso.

Referências

BRASIL. *Projeto de Lei* n. 867 de 26 de mar. de 2015. *Escola sem partido*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://bit.ly/1K2hFoB>. Acesso em: 18 jun. 2018.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases* 9.394 de 20 de dez. de 1996. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://bit.ly/2qDJHgk. Acesso em: 18 jun. 2018.

CHOMSKY, Noam. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Tradução de Meireles e Raposo. Coimbra: Edições Almedina, 1975. 372 p.

FERNANDES, Cleudemar Alves. Fazer sangrar... violência "metafórica" em tramas discursivas. In: ______. (Org.) *A violência na contemporaneidade:* do simbólico ao letal (Coleção Entrediscursos). São Paulo: Intermeios, 2017.

GÓIS, Fábio. Ministério da Educação prepara ação para barrar curso sobre "golpe de 2016" anunciado pela UnB. (Reportagem) In: *Congresso em foco*. Disponível em: https://bit.ly/2ubVQu4. Acesso em: 12 jun. 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 184p.

POSSENTI, Sírio. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 183 p.

Recebido em 31/07/2018. Aprovado em 19/11/2018.